

MÍDIA LOCAL E JORNALISMO POLÍTICO: UM ESTUDO DE CASO NO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO

Maikon Chaider Silva Scaldaferrro¹
Iasmin Nunes Gonçalves de Sá²
Melissa Damacena da Cruz²

Resumo: Tomando como referência os trabalhos de Jürgen Habermas e T.H. Marshall, realizamos uma investigação das notícias sobre política publicadas nas mídias impressas em circulação no município de Montanha, no Espírito Santo. Na pesquisa, examinamos quais formas de jornalismo descritas por Habermas podem ser identificadas nessas mídias. Além disso, verificamos também quais tipos de direitos estudados por Marshall têm destaque nestes impressos. Para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos análises quantitativas e qualitativas de matérias publicadas em seis periódicos locais. Ao final do nosso estudo, verificamos que tem predominado nos jornais do município uma visão paternalista da política local, além disso, os problemas socioambientais da região têm sido ignorados.

Palavras-chaves: jornalismo; política; direitos.

LOCAL MEDIA AND POLITICAL JOURNALISM: A CASE STUDY IN SPIRITO SANTO COUNTRYSIDE

Abstract: Taking as reference the works of Jürgen Habermas and T.H. Marshall, we conducted an investigation of the policy news published in print media circulating in the municipality of Montanha in Espírito Santo. In the research we examined what forms of journalism described by Habermas can be identified in these media. In addition, we also check which types of rights studied by Marshall are highlighted in these forms. For the development of the research we carry out quantitative and qualitative analyzes of the articles published in six local newspapers. At the end of our study, we verified that a paternalistic view of local politics has predominated in the newspapers of the municipality, besides, the socioenvironmental problems of the region have been ignored.

Keywords: journalism; policy; rights.

¹ Doutorando em Filosofia pela UERJ. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo.

² Aluna do curso técnico integrado em Administração do Ifes (campus Montanha).

1. INTRODUÇÃO

No trabalho *Mudança estrutural da esfera pública*, o filósofo alemão Jürgen Habermas mostrou como, a partir do século XVIII, começou a se formar nas sociedades europeias "[...] um domínio da vida social no qual algo aproximado a uma opinião pública pode ser formado" (HABERMAS, 1974, p. 52, tradução nossa). Esse domínio da vida social é chamado de "esfera pública". Na esfera pública os indivíduos privados se reúnem para discutir temas de interesse para a manutenção da vida em sociedade. Entretanto, num primeiro momento, as discussões na esfera pública giravam em torno de questões sobre o intercâmbio de mercadorias. Posteriormente, os debates começaram a ter como foco a "crítica literária". Impulsionada pelo espírito iluminista da época, a burguesia passou a se reunir nos *salons* para discutir obras literárias. Esse modelo de uma esfera pública literária abriu caminho para o surgimento de uma "esfera pública política".

Na esfera pública política, os indivíduos se reúnem para discutir problemas relacionados à administração do poder estatal. Desses debates surge uma "opinião pública" que pretende influenciar as decisões dos administradores do poder estatal. A sociedade civil assume o papel de um polo oposto ao Estado, buscando influenciá-lo. Nesse contexto, observa-se que os debates na esfera pública política dão origem a uma "opinião pública" que demanda por direitos. T.H Marshall (MARSHALL, 1967, p. 63) identificou que, a partir do século XVIII, ocorreram na modernidade europeia três "ondas" de demandas por direitos. Muitos desses direitos acabam sendo uma condição *sine qua non* para a existência e manutenção da esfera pública política. Marshall aponta que três tipos de direitos foram discutidos na esfera pública burguesa: civis (liberais), políticos e sociais. Axel Honneth comenta que Marshall deu

a essa tripartição uma inflexão histórica, cuja versão mais tosca reza que a constituição dos direitos liberais de liberdade deu-se no século XVIII, o estabelecimento dos direitos políticos de participação no século XIX e finalmente a criação de direitos sociais de bem estar no XX (HONNETH, 2003, p.191).

Os direitos civis (ou liberais) são aqueles que visam garantir ao indivíduo um espaço livre de influências externas de outros indivíduos ou do Estado. Esses direitos têm como fim preservar nossa individualidade. São exemplos de direitos liberais o direito à vida, o direito à propriedade, o direito à liberdade de expressão e de crença, dentre outros. Já os direitos políticos visam dar condições para que o indivíduo participe ativamente da vida política da comunidade. Podemos citar como exemplos

de direitos políticos o direito ao sufrágio, o direito a se candidatar para cargos políticos, o direito a se associar a partidos e sindicatos etc. Por fim, temos os direitos sociais. Estes direitos vêm à tona quando se percebe que os direitos liberais e políticos só podem ser usufruídos quando os indivíduos têm condições materiais para se desenvolver. "O objetivo dos direitos sociais constitui [...] a redução das diferenças de classe [...]" (MARSHALL, 1967, p.88). São exemplos de realização dos direitos sociais os direitos a educação e saúde gratuita, à assistência, à moradia, à criação da previdência pública, leis de aposentadoria, leis de acessibilidade etc. No debate político fomentado pela esfera pública acerca desses direitos, a imprensa assumiu um papel fundamental. No entanto, a imprensa sofreu várias transformações do século XVIII ao XX. Habermas esclareceu, em *Mudança estrutural da esfera pública*, três tipos distintos de jornalismo que são moldados a partir da modernidade.

A análise habermasiana indica que, num primeiro momento, a imprensa estava organizada por meio de empresas artesanais com interesses puramente comerciais. O objetivo desse tipo de imprensa era auferir lucros modestos, e ela praticava um jornalismo que podemos chamar de *descritivo*, isto é, preocupava-se somente em narrar acontecimentos sem uma análise crítica. Posteriormente, há o desenvolvimento de um outro tipo de imprensa, e vemos jornais e periódicos debatendo as decisões, opiniões ou a política institucional. Habermas chama esse tipo de jornalismo de *jornalismo de convicção*, porque agora era vista na mídia uma defesa clara dos posicionamentos do jornal. O filósofo também usa o termo *jornalismo de escritores*, pois intelectuais agora ocupam as colunas dos jornais, escrevendo sobre assuntos de interesse público. Essa imprensa também amplia o alcance da esfera pública, de modo que os debates antes restritos a espaços físicos como os dos *salons*, ocupam agora as páginas dos impressos. Vemos isso de forma mais nítida nos espaços destinados às "cartas dos leitores", em que os indivíduos dão publicidade às suas opiniões privadas, estabelecendo assim um debate das ideias presentes na esfera pública veiculadas pelo impresso. É importante salientar que "[...] a imprensa de opinião, como uma instituição do público, está ocupada primeiramente em firmar essa função crítica. Assim, o capital da empresa torna-se secundário" (HABERMAS, 2014, p.399). Essa nova imprensa estava "[...] contra todas as regras da rentabilidade, sendo muitas vezes um negócio deficitário [...]" (HABERMAS, 2014, p.397). Habermas indica ainda uma outra mudança na imprensa, que se dá com o advento da comunicação em massa. Novas máquinas passaram a permitir a impressão de jornais em grande escala, além

disso, o rádio começou a levar notícias onde antes não chegavam jornais. Nessa nova fase, a imprensa começa a ganhar o formato de empresa privada destinada a auferir grandes lucros.

No entanto, em comparação com o empreendimento artesanal do antigo publicador [Verleger], o jornal funciona agora baseado no novo estágio do alto capitalismo [Hochkapitalismus]. Já em meados do século XIX, havia uma série de empresas jornalísticas organizadas como sociedades de ações (HABERMAS, 2014, p. 400).

O interesse da mídia em influenciar a política se mantém; contudo, Habermas entende que ela também se dispõe a induzir a grande massa. O diagnóstico pessimista de Habermas aponta que a imprensa começa a dominar a esfera pública, buscando, por meio da publicidade, influenciar decisões políticas que são do interesse dos seus negócios e patrocinadores. A ideia de "imparcialidade" surge então como uma máscara para encobrir os interesses de uma imprensa cada vez mais poderosa. Diante disso, "as dinâmicas da comunicação de massa são guiadas pelo poder da mídia de selecionar e moldar a apresentação de mensagens" (HABERMAS, 2006, p. 415, tradução nossa). Nesse novo contexto, a imprensa adquire um forte poder de influência sob a política institucional, e com isso ela almeja criar condições político-econômicas propícias para a maximização dos lucros do negócio "jornalismo". Embora a discussão de Habermas, em *Mudança estrutural da esfera pública*, sobre os tipos de jornalismo tenha como foco o contexto europeu, julgamos correto afirmar que os três tipos de jornalismo hoje estão presentes em diferentes democracias liberais, inclusive no Brasil.

Doravante, suspeita-se que a importância da mídia impressa está sendo cada vez mais posta em xeque com a expansão das novas tecnologias da informação e comunicação. Há algum tempo, alguns apostam no fim da mídia impressa³, enquanto outros suspeitam que ela está longe de desaparecer (CHOMSKY, 2015). Contudo, é notório que a cada ano mais revistas, jornais e periódicos impressos são substituídos pelo seu formato digital ou estão simplesmente desaparecendo. Decretar a morte das mídias impressas talvez seja prematuro, mas não podemos ignorar que a crise em torno delas tem se agravado. A título de exemplo, em 2015, grandes jornais do Brasil realizaram demissões em massa de jornalistas; além disso várias revistas impressas encerraram suas atividades (cf. LOULY, 2015).

³ A respeito do tema conferir os trabalhos de BENDER (1996) e BULLÓN (1999) listados nas referências bibliográficas.

Não obstante todo o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação, a mídia impressa continua sendo influente na esfera pública, mesmo que sem a força de outras épocas. No Espírito Santo, é possível observar ao menos dois grandes jornais impressos com circulação em todos os municípios. Paralelamente à circulação destes dois grandes jornais, é possível observar em várias cidades do interior o trabalho desenvolvido por pequenos jornais e periódicos. Nestas mídias, são abordados temas peculiares a essas regiões, temas que na maioria das vezes não teriam espaço nos dois grandes jornais.

Tendo como referenciais teóricos os trabalhos de Habermas e Marshall, realizamos uma análise do jornalismo político praticado nos pequenos jornais do município de Montanha, Espírito Santo. Em nosso estudo, examinamos de que modo se dá a presença do jornalismo crítico e do jornalismo descritivo nessas mídias impressas da região. Para isso, verificamos qual tipo de jornalismo é predominante nessas mídias, quais poderes e esferas do poder estão mais presentes nas matérias, a forma como é construída a narrativa política nesses jornais e os grupos beneficiados por essas narrativas (3.1.). Além disso, analisamos quais tipos de direitos (liberais, políticos ou sociais) são recorrentes nas matérias das mídias impressas da região. Também verificamos se estas mídias locais privilegiam as demandas por direito da população local ou a efetivação desses direitos por parte do poder público (3.2).

Julgamos que, com nossa pesquisa, construímos um modelo teórico sucinto e claro, que poderá ser replicado em outras pesquisas sobre mídias e jornalismo político. Esse modelo pode ser proveitoso não só para pesquisas sobre pequenos jornais do interior, mas também para descrever as práticas jornalísticas presentes nos grandes meios de comunicação. Tal modelo nos equiparia de ferramentas adequadas para uma avaliação do papel da imprensa na formação dos indivíduos para o exercício da cidadania.

2. METODOLOGIA

A pesquisa contou com três estratégias de ação. Num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa em torno das referências bibliográficas. Aqui foram selecionados trabalhos clássicos como os de Habermas (2014) e Marshall (1967) como literatura primária. Estes trabalhos permitem visualizar a relação entre o surgimento da imprensa na modernidade e a consolidação de uma esfera

pública política na qual direitos são debatidos. As obras destes autores nos forneceram as categorias básicas para a análise dos dados coletados.

Num segundo momento da pesquisa, ocorreu o levantamento de dados sobre as mídias impressas locais, além da organização dos instrumentos de pesquisa. Nessa etapa, examinamos matérias de seis jornais locais publicadas entre o primeiro semestre de 2014 e o primeiro de 2016.

Ao final, os dados coletados foram quantificados e organizados em gráficos. Ademais, foram feitas análises qualitativas dos tipos de narrativas utilizadas pelos jornais para falar sobre o jogo político local.

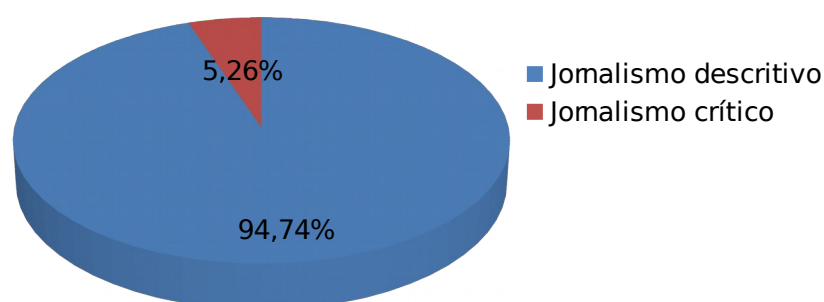
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificamos ao menos seis jornais locais no município de Montanha publicados com periodicidade. São eles: *Jornal Gazeta Regional*, *Jornal Três Estados*, *Jornal Norte Notícias*, *Jornal Tribuna Capixaba*, *Jornal Tribuna do Povo*. Esses periódicos circulam em outras cidades do extremo norte capixaba como Pinheiros, Mucurici e Ponto Belo. Alguns deles, como o *Gazeta Regional* e o *Jornal Três Estados*, também são distribuídos em cidades de outros Estados como Nanuque (MG) e Teixeira de Freitas (BA). Na capa destes jornais, constam valores de venda que vão de R\$ 0,80 a R\$ 1,50. Embora as capas contenham valores de vendas, na cidade não existe nenhuma banca de jornais e revistas, sendo que nem sempre é fácil encontrar os periódicos. Quando publicadas, as edições são disponibilizadas de forma gratuita em comércios da região, e principalmente em repartições públicas. Os jornais indicam nas capas que são publicados de forma quinzenal, mas é comum esse prazo não ser cumprido. Para a nossa análise, coletamos edições desses seis periódicos que foram publicadas de 2014 até o primeiro semestre de 2016.

3.1. JORNALISMO CRÍTICO OU DESCRITIVO?

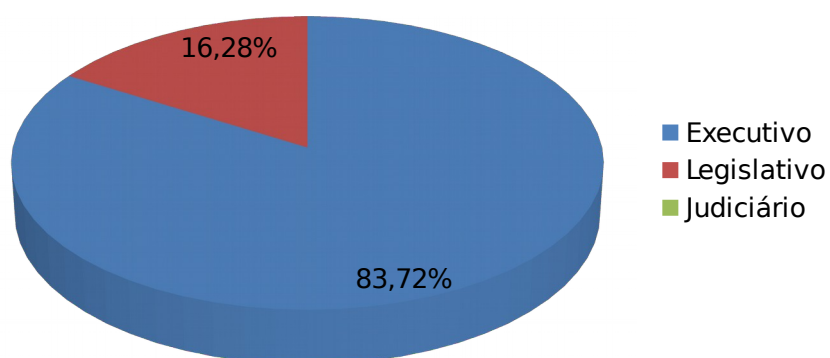
Ao analisarmos as matérias desses jornais, constatamos a predominância de um jornalismo descritivo (**GRÁFICO 1**). É dado pouquíssimo espaço a matérias que avaliam o poder público criticamente. Quando isso ocorre, a crítica acaba sendo tão ampla e formal, não fazendo referência ao poder público municipal ou estadual.

GRÁFICO 1: Notícias com



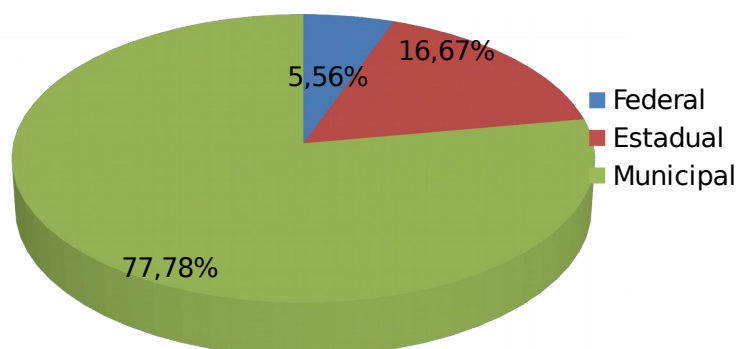
Verificamos também quais poderes do Estado são os mais mencionados por essas mídias impressas (**GRÁFICO 2**). Notícias sobre o poder executivo são as que ocupam mais espaço nas páginas desses jornais.

GRÁFICO 2: Poderes do Estado abordados nas matérias



É importante salientar que a esfera municipal do poder executivo é a que tem mais espaço nessas mídias (**GRÁFICO 3**). Notícias que envolvem as prefeituras do extremo norte capixaba são recorrentes. São mencionados principalmente fatos relacionados às prefeituras de Montanha, Mucurici e Pinheiros.

GRÁFICO 3: Esferas do poder executivo abordadas nas matérias



O jornalismo descritivo praticado por esses periódicos não deve ser entendido como um jornalismo neutro, imparcial, pois as narrativas das matérias procuram apresentar uma agenda política positiva para os representantes do poder público da região. Os representantes dos poderes executivos do extremo norte capixaba são os mais favorecidos pelas matérias. Inexiste, nessas mídias, reportagens que tenham algum efeito negativo na imagem dos políticos da "situação", além disso, a oposição política é ignorada. No que diz respeito às disputas político-partidárias na região, constatamos que os jornais locais evitam reproduzir dois tipos de narrativas em suas matérias, os quais são descritos abaixo.

Tipo 1) Narrativas que retratem a tensão, os conflitos e a animosidade gerada pelas disputas políticas – Os jornais locais ignoram os diferentes projetos de poder na região de tal modo que parece não haver nenhuma rivalidade entre situação e oposição. Quem quisesse no período analisado conhecer o jogo político do extremo norte capixaba somente pelos jornais locais teria uma falsa impressão de harmonia e de unanimidade. Os jornais evitam mencionar a aguda rivalidade política que existe nos municípios da região. Rivalidade que provoca situações pitorescas, como a relatada no portal Gazeta Online em 2014. Nesse ano, o prefeito do município de Ponto Belo/ES, cidade vizinha de Montanha, teve seu mandato cassado (Cf. POSSE, 2016). O prefeito Edvaldo Santana (PTB) seria substituído pelo seu vice, Sérgio Murilo Coelho (PSDB). Contudo, no dia da posse, algo inusitado ocorreu: ao chegar na câmara para a cerimônia, o vice-prefeito encontrou-a lacrada. O presidente da câmara, aliado do prefeito cassado, lacrou a câmara para não ocorrer a posse. Houve até a contratação de seguranças particulares para cercarem a câmara. Uma tenda

precisou ser montada na rua para Sérgio Murilo Coelho não tomar posse debaixo de chuva. Por fim, o prefeito não conseguiu entrar na prefeitura, pois ela também havia sido trancada.

Tipo 2) Narrativas que exploram escândalos políticos – De acordo com Thompson, o escândalo político "[...] se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública" (THOMPSON, 2002, p. 40). O escândalo tem o poder de desvalorizar um "produto" bastante valioso para o jogo político, a saber, a reputação. No século XIX, a publicação de escândalos começa a ser uma das marcas do jornalismo político. Ao menos dois motivos explicam o aumento da publicação de escândalos pela imprensa. O primeiro é o fato de que escândalos políticos vendem jornais. O segundo motivo é a própria compreensão que o jornalista tem da "natureza" da sua profissão. De acordo com Thompson,

com a profissionalização da atividade jornalística no século XIX e o desenvolvimento de uma tradição de jornalismo investigativo, a publicação de escândalos e de comentários sobre eles tornou-se uma atividade que corresponde exatamente à imagem que algumas pessoas que trabalham na mídia têm de si mesmas. A revelação de segredos ocultos do poder é vista por alguns jornalistas como uma forma de exercer sua missão de guardiães do interesse público (THOMPSON, 2002 p. 60).

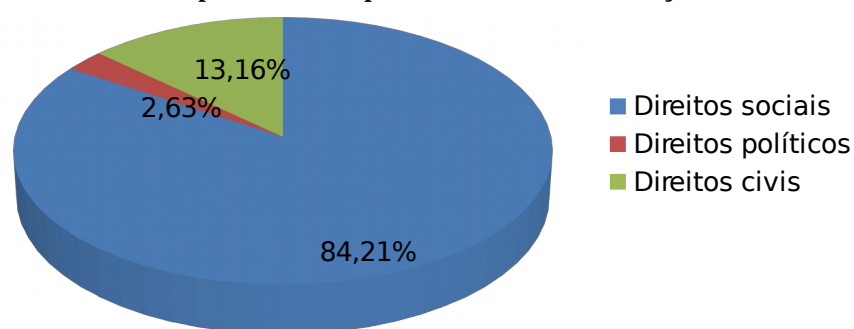
No extremo norte do ES, ocorreram, nos últimos anos, uma série de escândalos típicos do patrimonialismo político brasileiro, isto é, políticos administrando bens públicos como se fossem bens privados. Estes escândalos envolviam ex-prefeitos dos municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo. Em Montanha, o ex-prefeito Hércules Favarato, nomeado secretário de obras no governo do seu filho Ricardo Favarato, foi condenado por improbidade administrativa em 2015 (SAMORA, 2016a). O ex-prefeito teria usado dinheiro público para comprar materiais de construção utilizados em obras realizadas em sua propriedade. A justiça também determinou que o ex-prefeito fosse afastado do cargo de Secretário de Obras. Em Mucurici, o ex-prefeito Atanel Passos (DEM) também se tornou réu num processo por fraudes em licitação (SAMORA, 2016b). Já em Ponto Belo, o prefeito cassado Edvaldo Santana teve seus bens bloqueados pela justiça depois de um processo movido pelo Ministério Público do Espírito Santo por fraude em licitação (SAMORA, 2016c). O MP-ES acusou o prefeito de fraudar licitação e superfaturar a compra de materiais para a Secretaria de Assistência Social. De acordo com a denúncia do MP-ES, as compras de materiais eram realizadas no supermercado do sobrinho da mulher do ex-prefeito. A divulgação

desses escândalos só ocorreu em espaços diminutos de portais de notícias estaduais como G1/ES, Gazeta Online, Folha Vitória e Século Diário. Os jornais locais não os noticiaram. Um leitor que quisesse compreender o cenário político local teria uma visão bem incompleta da realidade consultando os periódicos da região. E isto se dá não porque fatos políticos relevantes são noticiados de maneira distorcida visando manipular o leitor, mas porque, mais do que isso, os fatos são simplesmente ignorados.

3.2. OS DIREITOS EM PAUTA

Depois de constatarmos a predominância do jornalismo descritivo nos periódicos analisados, averiguamos quais tipos de direitos (civis, políticos ou sociais) estão em pauta nas matérias publicadas. Identificamos que a tônica dos jornais locais é a tematização de direitos sociais (**GRÁFICO 4**). As reportagens tratam principalmente de questões relacionadas à educação pública, saúde e assistência social.

GRÁFICO 4: Tipos de direitos presentes nas matérias dos jornais locais

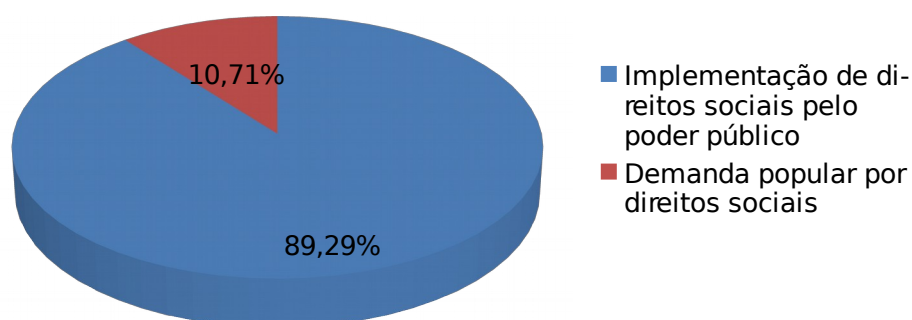


Para entender como esses direitos são abordados nas matérias é importante lembrarmos que nos jornais locais prevalece o jornalismo descritivo (cf. **GRÁFICO 1**), isto é, as reportagens tendem somente a descrever situações sociopolíticas relevantes para a região, mas sem realizar nenhum exame crítico dos representantes do poder público. São raros os casos em que ocorre aquilo que Habermas chama de "jornalismo de convicção". Além disso, é preciso pontuarmos novamente que não há uma neutralidade no jornalismo de convicção. Quando uma reportagem descreve um

fato político, o jornalista já lançou mão de uma compreensão do que é politicamente relevante e merece ser noticiado. O jornalismo descritivo descreve o que é de interesse do jornalista e da linha editorial do periódico. E os interesses dos jornais podem estar em acordo com os interesses de alguns grupos, e em desacordo com os interesses de outros grupos.

Em nossa investigação, buscamos identificar o tipo de narrativa produzido nas mídias impressas locais quando elas tratam de questões relacionadas aos direitos sociais. Aqui o foco era identificar se os jornais publicam mais reportagens sobre demandas locais por direitos ou sobre a implementação e efetivação de direitos sociais por parte do poder público (**GRÁFICO 5**). É significativamente maior o número de reportagens que mostram o poder público implementando direitos sociais. Nota-se que, quando as matérias mencionam o poder executivo, 78% delas têm em vista os poderes executivos municipais, com isso os prefeitos da região se tornam os verdadeiros protagonistas destes jornais. Reportagens sobre prefeitos inaugurando postos de saúde e escolas são recorrentes. O teor altamente propagandístico das reportagens acaba oferecendo dois produtos valiosos no jogo político local: 1) a publicidade das ações do poder público; 2) a "reputação" de político que trabalha para o povo.

GRÁFICO 5: As notícias mostram a demanda ou a implementação de direitos?



Se por um lado é predominante nos jornais locais a narrativa do poder público garantidor dos direitos sociais, por outro lado, dois tipos de narrativas são evitados. Primeiramente, observamos a falta de narrativas que mostram a população como um agente político ativo demandando direitos sociais. Não encontramos reportagens mostrando pessoas insatisfeitas com os poderes executivos da região. Tanto as demandas da população quanto a pressão da sociedade civil sobre o poder público

existem, mas as mídias locais optam por ignorá-las. Por exemplo, podemos citar dois casos recentes de mobilização popular por direitos, ignorados pelos periódicos locais.

1º Caso – Em 2014, foi realizada uma greve dos professores da rede municipal de Montanha. Os profissionais da educação exigiam o cumprimento da lei do piso salarial do magistério. O movimento não alcançou o objetivo. A greve durou um mês e foi encerrada depois de ter sido acordado um reajuste de 8,3% no salário. A greve foi sumariamente ignorada pelos jornais locais, e só há o registro da existência dela no boletim informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Espírito Santo (cf. O DIDATA, 2014).

2º Caso – Em 2016, ocorreu o fechamento de um hospital no distrito de Vinhático em Montanha (cf. SANTOS, 2016). A ONG que administrava o hospital Nossa Senhora de Saúde de Vinhático alegava não ter recursos para continuar oferecendo seus serviços. A população local estava insatisfeita com a situação e vinha pressionando os órgãos públicos (cf. SANTOS, 2016). O hospital era o único do distrito de Vinhático. Apesar da gravidade da situação, nenhum jornal local considerou o fato digno de virar notícia.

Os jornais locais também não produzem narrativas sobre os problemas socioambientais da região. O município tem um considerável histórico de conflitos agrários e problemas ambientais. Nesse ponto podemos citar dois casos recentes que envolvem problemas dessa natureza e que não foram noticiados.

1º Caso – Na metade de 2016, ocorreu o julgamento de um grupo de fazendeiros no município de Mucurici, que eram acusados de terem assassinado um membro do MST e ferido outros seis (cf. COIMBRA, 2015). O crime ocorreu em 1997, quando o grupo de fazendeiros teria atirado contra cerca de mil pessoas na Fazenda Novo Horizonte, em Mucurici. Na época, a fazenda foi considerada improdutiva pelo MST, e acabou sendo ocupada por 250 famílias. Uma caravana de membros do MST acompanhou o julgamento. O júri inocentou os acusados e isso causou revolta nas pessoas que acompanhavam o julgamento. De acordo com o jornal online *Século Diário*, os representantes do MST consideraram o julgamento "viciado" e uma "vergonha para a justiça brasileira". Apesar de toda polêmica envolvendo o julgamento, nenhum jornal local repercutiu o corrido.

2º Caso – Em 2015, o Ministério Público Estadual moveu um processo contra a Fibria (Aracruz Celulose) e a Suzano para impedir o aumento do plantio de eucalipto nos municípios de

Ponto Belo e Mucurici, localizados no extremo norte do ES. Na época, os prefeitos de Mucurici e Ponto Belo não demonstraram interesse em se manifestar sobre o processo. Já em 2016, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo julgou o caso e manteve a decisão que havia ocorrido em primeira instância, isto é, a Fibria e a Suzano estavam proibidas de expandir o plantio de eucalipto na região (Cf. MEDEIROS, 2016). Um dos principais argumentos que o Ministério Público utilizou para mover o processo é que o plantio de eucalipto ameaçava os escassos recursos hídricos da região. É importante salientar que, em 2016, tanto Mucurici quanto Ponto Belo tiveram situação de emergência decretada por conta da seca na região (cf. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2016), mas mesmo assim os poderes executivos dos dois municípios se omitiram no processo movido pelo MP-ES em 2015 (COIMBRA, 2016). Os jornais locais ignoraram por completo o processo movido pelo MP-ES, a decisão do TJ-ES, a omissão das prefeituras e a situação de emergência causada pela escassez de água.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa identificou o predomínio daquele tipo de jornalismo considerado por Habermas descritivo. Podemos dizer que, além de serem descritivos, os jornais estudados constroem narrativas que reforçam uma visão paternalista da política. Deste modo, a implementação de direitos por parte dos agentes públicos é retratada com ares de prestação de favores de um agente privado. E isso fica claro nas matérias em que aquilo que Marshall chama de "direitos sociais" são garantidos à população.

A ausência de um jornalismo do tipo crítico parece ser um aspecto comum dos jornais locais do interior do Brasil. Numas pesquisa sobre os jornais do interior do Brasil, Beatriz Dorneles concluiu que, nessas mídias, há "poucas matérias contendo críticas, denúncias ou cobrança do poder executivo local, comportamento que revela a falta de independência e autonomia desses jornais em nome da sobrevivência" (DORNELLES, 2010, p. 13). A prática de produzir uma agenda positiva para o poder político local também é uma característica predominante nestes jornais (DORNELLES, 2010, p. 14).

A principal consequência política desse tipo de jornalismo, tão presente nas cidades do interior, é que ele não contribui para a formação do leitor, preparando-o para o exercício da

cidadania na esfera municipal. Isso se dá não só por causa das narrativas paternalistas que visam agradar a administração pública, mas também pela omissão de casos politicamente relevantes que poderiam fomentar o debate público local.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENDER, W. **Technology and the news: what we don't know**. IEEE MultiMedia, v. 3, n. 3, Fall 1996.

BULLÓN, P. La prensa frente a las nuevas tecnologías - algo está cambiando. **Sala de Prensa**, v. 2, n. 5, abr. 1999. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art35.htm>> Acesso em: 12 mai. 2015.

CHOMSKY, Noam. Contra el imperio de la vigilancia. **Le monde en español**. abril de 2015. Disponível em : < <http://www.monde-diplomatique.es/?url=editorial/0000856412872168186811102294251000/editorial/?articulo=339a6678-554b-4076-8c02-3684b155db48> > Acesso em: 15 abr. 2015.

COIMBRA, Ubervalter. **Júri inocenta acusados de matar sem-terra em Mucurici**. Século Diário. Vitória, 18 de jun. 2015. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/23412/10/juriinocentaacusadosdematarsemterraemmucurici>>. Acesso em: 04 de out. de 2015.

_____. Prefeituras de Ponto Belo e Mucurici se omitem em processos contra Aracruz Celulose (Fibria) e Suzano. Século Diário. Vitória, 26 de jun. 2015. Disponível em: < <http://seculodiario.com.br/23550/10/prefeiturasdepontobeloemucuriciseomitememprocessoscontraaracruzcelulosefibriaes>> Acesso em: 02 de fev. de 2016.

DORNELLES, Beatriz. **O localismo nos jornais do Interior**. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 237-243, dez. 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research. **Communication Theory**, v. 16, n.4, p. 411-426, nov. 2006.

_____. The public sphere: an encyclopedia article. **New german critique**, n. 3, p. 29-55, out. 1974.

HONNETH, Axel. **Lutas por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: ED 34, 2003.

LOULY, Julyete Farias. **Crise e demissões na mídia**. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/crise-e-demissoes-na-midia/>> Acesso em: 01 mai. 2015.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MEDEIROS, Manaira. **TJES mantém proibição de novos plantios de eucalipto no extremo norte do Estado**. Século Diário. Vitória, 4 de mar. 2016. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/27573/10/tribunal-de-justica-mantem-proibicao-de-novos-plantios-de-eucalipto-no-extremo-norte-do-estado>> Acesso em: 08 de mar. 2016.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Situação de emergência reconhecida em regiões de MG, ES, BA e PI**. Disponível em: <http://mi.gov.br/area-de-imprensa/todas-as-noticias/-/asset_publisher/YEkzzDUSRvZi/content/situacao-de-emergencia-reconhecida-em-regioes-de-mg-es> Acesso em: 08 de jun. 2016.

O DIDATA. **Greves municipais exigem a valorização do magistério**. Vitória, ago. 2014.

POSSE de novo prefeito de Ponto Belo é marcada por confusão e tenda improvisada na praça. Gazeta Online. Vitória, 15 dez. 2014. Disponível em: <http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2014/12/noticias/politica/1503942-posse-de-novo-prefeito-de-ponto-belo-e-marcada-por-confusao-e-tenda-improvisada-na-praca.html>. Acesso em: 01 Acesso em: 04 de abr. de 2016.

SAMORA, Nerter. **Ex-prefeito de Montanha é condenado em ação de improbidade**. Século Diário. Vitória, 12 de mar. 2015. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/21766/9/exprefeitodemontanhaecondenadoemacaodeimprobidade1>>. Acesso em: 04 de abr. de 2016a.

_____. **Ex-prefeito de Mucurici vira réu em ação penal por fraudes em licitação**. Século Diário. Vitória, 12 de mar. 2015. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/27477/9/ex-prefeito-de-mucurici-vira-reu-em-acao-penal-por-fraudes-em-licitacao>>. Acesso em: 04 de abr. de 2016b.

_____. **Justiça torna indisponíveis bens do prefeito cassado de Ponto Belo**. Século Diário. Vitória, 21 de set. 2015. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/24907/9/justicadecretaindisponibilidadedodosbensdeexprefeitocassadodepontobelo>>. Acesso em: 04 de abr. de 2016c.

SANTOS, Serli. **Por falta de dinheiro, hospital em Montanha é fechado, no ES**. G1. Vitória, 18 de fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espíritosanto/>>

[noticia/2015/10/porfaltadedinheirohospitalemmontanhaefechadonoes.html](#)> Acesso em: 04 de mai. 2016.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.